Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP
CMUHE040814

POR ENQUANTO em Campinas, só contagem: o fome zero começa com plano incompleto. Campinas está fora. Talvez figure em julho. Enquanto isso, a Prefeitura faz levantamento. Mais uma vez, o problema fica para a sociedade civil. Correio Popular, Campinas, 27 jan. 2003.

Por Enquanto, em Campinas, Só Contagem

Campinas vai depender, outra vez, da sociedade civil, por meio da iniciativa privada, para poder empreender ações sociais voltadas para o problema da fome.

Por enquanto, o Município não figura entre os que receberão verba do governo federal para essa finalidade, por meio do Fundo de Combate à Pobreza. Talvez possa ser incluído em julho, no programa Fome Zero.

Cabem as seguintes considerações, sobre um programa anunciado com ênfase pelo governo federal:

1 – Ao prever etapa inicial de aplicação, em municípios da região do semi-árido do Nordeste, o governo deixa fora do programa 4 mil cidades e acena com inclusão de parte delas, talvez em julho.

Sendo óbvia a necessidade de suprir as carências dramáticas de populações nordestinas, essa evidência não justifica deixar para mais tarde o atendimento dos contingentes que vivem abaixo da linha da pobreza em outras regiões.

2 – O planejamento do programa se mostra, assim, incompleto e falho, a partir do fato de que ao governo cabe atender à urgência do atendimento em todo o território nacional.

O Fome Zero começa com plano incompleto. Campinas está fora. Talvez figure em julho. Enquanto isso, a Prefeitura faz levantamento. Mais uma vez, o problema fica para a sociedade civil

3 – Perceba-se que a exortação do ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, pela necessidade de participação dos municípios, com o engajamento da sociedade civil, não esgota o problema. Campanhas de conscientização e, mais ainda, envolvimento direto de entidades privadas e organizações civis vêm ocorrendo há tempos.

Enquanto programa oficial, a imperativa abrangência nacional do combate à fome impõe que o governo faça a sua parte, com recursos repassados aos municípios. Fora disso, o problema é transferido para a sociedade civil, ao lado das limitações administrativo-financeiras municipais.

4 – É preciso pôr sentido no caráter urgente, assumido pelo programa. Sendo assim, o adiamento de sua implementação efetiva em áreas necessitadas (ou seja, em praticamente todas as periferias das cidades do País ainda não contempladas) acaba por frustrar a esperada plenitude do combate à fome.

5 – O caráter dramático do problema implica empenho amplo e objetivo. É que, a partir de determinado estágio de precariedade e carência, perde sentido um eventual escalonamento do drama vivido pela população pobre, seja no Nordeste ou outra região do País.

6 – No referente a Campinas, descartada nessa etapa, o programa Cartão Alimentação, por exemplo, fica para mais tarde. Entretanto, estima-se que 47 mil pessoas estariam vivendo abaixo do nível de pobreza, ou seja, recebem menos de US$ 2 por dia (R$ 7,24, ao câmbio de sexta-feira) conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A prefeita Izalene Tiene (PT) disse que tentará a ajuda de empresários, para buscar atender a essa população.

O Fome Zero, em Campinas, não começa dia 30, como estava programado.